Políticas Públicas e Desigualdade Socioespacial, em Macaé: Gestão Para Uma Cidade Justa?

Anderson Jamar Neves Maciel, Teresa de Jesus Peixoto Faria

A cidade de Macaé apresenta um fenômeno de alta concentração populacional, com uma taxa de urbanização de 98,1%, segundo dados do IBGE (2010). Esta concentração é fruto de um processo de urbanização atrelada à indústria petrolífera, a partir da década de 70. A presente pesquisa visa analisar as políticas públicas presentes no município, procurando saber se estas políticas estão de fato contribuindo para a construção de uma cidade justa. A cidade de Macaé apresenta um déficit habitacional de 11.997 moradias (Anuário de Macaé, 2012), na busca de reduzir este déficit a prefeitura de Macaé juntamente com o Governo Federal, por meio do Programa “MCMV”, esta construindo 2.208 unidades habitacionais, no Complexo da Ajuda, que faz parte do Residencial Bosque Azul. 50% do total destas unidades serão doadas a famílias residentes em área de risco, sendo 123 famílias da localidade Águas Maravilhosas, que residem sobre um lixão desativado, além disso, o Ministério Público Federal está fazendo a revisão do processo de remoção de famílias da Colônia Ilha Leocádia, que residem em Área de Preservação Ambiental, assim avaliada em 2009. De acordo com o último levantamento social, são cerca de 500 famílias nessa área. Assim o Bosque Azul se configura como o maior projeto habitacional do município, que está dentro dos programas municipais “Habitar legal” e “Macaé Sem Favela”. Um dos pontos positivos deste programa é que ele está de acordo com diretrizes do Ministério das Cidades, que prevê a ocupação de espaços vazios dentro das ZEIS, e não uma remoção para áreas fora do espaço urbano, assim contribuindo para a construção de uma cidade mais justa, porém, as ações do poder público ainda são recentes na busca por uma cidade justa, sendo Macaé profundamente marcada pelo processo de segregação sócioespacial. É necessário um maior investimento em políticas públicas de habitação para de fato começar a se pensar em uma cidade justa, o município já deu alguns passos importantes, como a criação do Plano Diretor do município e o Plano Local de Habitação de Interesse Social, mas falta uma maior ação do poder público para desenvolver seus programas de políticas habitacionais, que são eles: “Macaé Sem Favelas”, “Habitar Legal” e “Macaé Melhor”. Para o desenvolvimento da pesquisa se optou por uma revisão bibliográfica, em uma segunda etapa foi realizado um levantamento de dados assim como um trabalho de campo com futura aplicação de questionário.

Palavras-chave: Segregação socioespacial, direito a cidade, moradia, políticas públicas.

Instituição de fomento: FAPERJ - UENF